



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

INFORMATIVO COORDINFÂNCIA

1º TRIMESTRE DE 2018

NOTÍCIAS DA COORDENADORIA NACIONAL

26/01/2018 Corrida contra o trabalho infantil atravessa litoral gaúcho

Porto Alegre - Amanhã, 27 de janeiro, será dada a largada para mais uma etapa da campanha #ChegaDeTrabalhoInfantil. Com o apoio do Ministério Público do Trabalho, através da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), cerca de 3,2 mil atletas vão percorrer 82 quilômetros do litoral gaúcho, na Travessia Torres-Tramandaí, para levar, aos participantes e ao público que acompanha a corrida, a mensagem da luta contra o trabalho precoce ilegal.

20/02/2018 MPT oferece curso sobre a atuação do Conselho Tutelar no combate ao trabalho infantil

Em sua segunda edição, serão disponibilizadas vagas para conselheiros tutelares de todo país para curso de combate ao trabalho infantil na modalidade educação à distância. A formação **“Conselheiros Tutelares: importantes atores no combate ao trabalho infantil”** é uma iniciativa da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância) do Ministério Público do Trabalho (MPT).

22/02/2018 ESMPU promove Curso de Aperfeiçoamento Resgate a Infância

A ESMPU realizou, no período de 20 a 22 de fevereiro, curso de aperfeiçoamento para Membros e assessores do Projeto Estratégico Resgate a Infância. A atividade buscou capacitar os Membros participantes a implementar o Projeto em todas as Unidades da Federação. O conteúdo do curso versou sobre o Projeto Resgate a Infância, de maneira prática, com a apresentação dos aspectos dos eixos Educação, Aprendizagem e Políticas Públicas. As aulas foram ministradas pela Procuradora Regional do Trabalho Margaret Matos de Carvalho, e pelos Procuradores do Trabalho Patrícia de Mello Sanfelici, Jailda Eulídia da Silva Pinto, Dulce Martini Torzecki e Antônio de Oliveira Lima.

15/03/2018 COORDINFÂNCIA realiza reunião nacional

Em 15 de março, ocorreu a Reunião Nacional da Coordinfância, na Procuradoria Geral do Trabalho, em Brasília-DF, oportunidade em que foram debatidos os seguintes temas: possibilidades da aprendizagem no MPT; posicionamento da Coordenadoria quanto à aprendizagem nas empresas de serviço temporário; Semana Nacional da Aprendizagem de 2018; orientações da Coordenadoria quanto à Reforma Trabalhista; propostas de atuação da Coordenadoria em razão dos 30 anos da Constituição Federal; unificação e atuação conforme calendário nacional; seminário a ser realizado no Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, em parceria com a ESMPU; outros informes. Participaram ao todo 22 Coordenadores Regionais.

PATRÍCIA DE MELLO SANFELICI
Coordenadora Nacional

RONALDO JOSÉ DE LIRA
Vice-Coodenador Nacional

Email: patricia.sanfelice@mpt.mp.br

Email: ronaldo.lira@mpt.mp.br



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

PRT 1ª REGIÃO

ATUAÇÕES DAS PROCURADORIAS REGIONAIS DO TRABALHO

Empresa de vigilância é condenada a cumprir a cota aprendizagem por meio da COTA SOCIAL e ao pagamento de dano moral coletivo.

O Juiz do Trabalho Titular da 26 Vara do Trabalho do Rio de Janeiro deferiu a tutela de evidência para determinar que a empresa TBFORTE Segurança e Transporte de Valores Ltda. contratasse o percentual mínimo de 5% de aprendizes no prazo máximo de 60 dias contados da intimação da decisão, sendo metade no prazo de 30 dias e o restante, nos 30 dias seguintes, decisão essa confirmada por sentença. A empresa foi condenada ao pagamento de dano moral coletivo, uma vez que restara configurado prejuízo generalizado à comunidade, por ter a empresa, nas palavras do i. Julgador, deixado “jejunos de oportunidade uma miríade de jovens que necessitam de formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, visando o aprendizado de uma futura profissão”. (Processo n. 0101419-40.2017.5.01.0026)

Empresa é condenada a contratar jovens aprendizes no percentual de 10% do seu quadro de pessoal

A Juíza Titular da 5 Vara do Trabalho do Rio de Janeiro concedeu a antecipação dos efeitos da tutela, determinando que a empresa Tranziran Transporte Ltda. cumprisse a cota aprendizagem no percentual de, no mínimo 10% das suas funções que demandam formação profissional. No caso em questão, foi instaurado procedimento promocional para o combate ao trabalho infantil nas vias expressas que passam pela cidade do Rio de Janeiro. Após longos debates com a sociedade civil por meio de audiências públicas, a

procuradora do Trabalho oficiante Dra. Maria Vitoria Sussekind Rocha encontrou na aprendizagem uma maneira de retirar esses jovens, que vinham vendendo balas e bebidas nessas vias. Foram chamadas, então, empresas que funcionavam ao redor da região para que fosse verificado se estariam cumprindo com a cota e, desse modo, a fim de inserir esses jovens como aprendizes. No caso específico, a empresa Tranziran Transporte Ltda. não tinha nenhum aprendiz e não quis se adequar. A Justiça do Trabalho verificando a falta de responsabilidade social da empresa e sua recalcitrância em cumprir a lei, determinou a contratação no patamar de, no mínimo 10%. (Processo n. 0100017-49.2018.5.01.0070).

Inaugurado projeto social em São Gonçalo “Estação Futuro” tem por objetivo levar educação e oportunidade a quem não tem acesso ao ensino formal. A expectativa é atender diariamente cerca de 100 jovens

Rio de Janeiro – O Ministério Público do Trabalho (MPT) no Rio de Janeiro esteve presente na inauguração do projeto “Estação Futuro” no bairro Jardim Catarina, em São Gonçalo (RJ), nesta quarta-feira (21)). Representado pelo procurador do trabalho João Carlos Teixeira, o MPT foi conferir as instalações do projeto social, que é fruto de uma parceria entre a instituição, a Prefeitura de São Gonçalo – por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Infância e Adolescência – e da ONG Viva Rio. A iniciativa “Estação Futuro Jardim Catarina” foi possível após a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional, em novembro de 2017, envolvendo o MPT, por meio da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), a Prefeitura de São Gonçalo, representada pela Secretaria Municipal



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

de Desenvolvimento Social, Infância e Adolescência (SMDSLA) e a ONG Viva Rio.

PRT 2ª REGIÃO

02/02/2018 Campanha no Carnaval reforça combate ao trabalho infantil

Ação vai alertar os foliões, blocos e a sociedade para a situação de crianças e adolescentes que trabalham invisíveis e desprotegidas

São Paulo - O Ministério Público do Trabalho (MPT), em parceria com a Associação de Ex-Conselheiros e Conselheiros da Infância (AECCI), reforça a campanha #Chegadetrabalho infantil no período de Carnaval, com o slogan "Trabalho Infantil Não é Folia". O objetivo é alertar os foliões, blocos e a sociedade em geral para a situação de crianças e adolescentes que trabalham invisíveis e desprotegidas no cenário de fantasias, alegria e confetes, com seus direitos fundamentais violados. A campanha tem abrangência nacional e as peças ficam disponíveis para download nos sites do MPT, AECCI (<http://www.aecci.org.br>) e Chega de Trabalho Infantil (<http://www.chegadetrabalho infantil.com.br>).

28/02/2018 Pobreza é a motivação principal para o trabalho infantil. É o que aponta pesquisa encomendada pelo MPT ao DIEESE, que analisou o perfil de famílias em São Paulo e Porto Alegre

São Paulo - Pesquisa encomendada pelo Ministério Público do Trabalho em São Paulo (MPT) aponta a presença de crianças em atividade laboral em 1,3% das famílias de São Paulo e 0,8% das de Porto Alegre. Identificou também que, neste universo, 46,6% das famílias paulistanas e 46,2% das famílias de Porto Alegre

têm renda familiar per capita de até meio salário mínimo (R\$ 477), que o principal responsável está inserido no mercado de trabalho informal, ou está completamente fora do mercado de trabalho. Revelou ainda que em 17% das famílias em que o chefe não tinha ensino médio completo, havia adolescentes de 15 a 17 anos trabalhando. O resultado da pesquisa foi apresentado no dia 26 deste mês, durante reunião do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETI).

PRT 3ª REGIÃO

17/01/2018 Justiça defere liminar proibindo empresa de oferecer falsas vagas de emprego

Belo Horizonte – O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Minas Gerais conseguiu junto à Justiça do Trabalho uma liminar em uma Ação Civil Pública (ACP) proibindo a Proven Cursos Profissionalizantes Ltda e outras empresas do mesmo Grupo de cobrar uma taxa de adolescentes ou seus responsáveis, com a promessa de encaminhamento para vagas no mercado de trabalho. Com a decisão, a empresa não pode contatar possíveis clientes, prometendo ou sugerindo emprego, inclusive destinadas a aprendizagem ou estágio. Em caso de descumprimento de cada ordem, os réus estão sujeitos a pagar uma multa de R\$ 1 mil.

Conforme a procuradora do Trabalho Luciana Marques Coutinho, as vítimas e suas respectivas famílias, especialmente aquelas de baixa renda, eram enganadas pelos investigados, que promoviam "seleção", "entrevista" para as supostas vagas de trabalho, cobrando pelo serviço. A oferta de falsa oportunidade de trabalho, constituía, na verdade, também um

PATRÍCIA DE MELLO SANFELICI
Coordenadora Nacional

RONALDO JOSÉ DE LIRA
Vice-Coodenador Nacional

Email: patricia.sanfelice@mpt.mp.br

Email: ronaldo.lira@mpt.mp.br



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

chamariz para que os jovens e suas famílias adquirissem cursos. "As vítimas acabavam se endividando com cursos de qualidade duvidosa, supostamente "profissionalizantes", para potencializar as chances do adolescente no mercado. Infelizmente, percebo que essas empresas fraudadoras estão proliferando, surfando no desespero das famílias já tão empobrecidas", destacou a procuradora.

Ação ocorre como alternativa à quitação de multas por falta de pagamento de verbas trabalhistas

Teófilo Otoni - Um acordo para o pagamento extrajudicial de multa aplicada em função de descumprimento de termo de ajustamento de conduta (TAC) resultará na divulgação da campanha contra o trabalho infantil do Ministério Público do Trabalho (MPT) nos jogos do América Futebol Clube, de Teófilo Otoni, no Módulo II do Campeonato Mineiro de 2018. Denunciado por descumprir obrigações trabalhistas, o América entrou em campo contra o Tricordiano, já no dia 17/02/2018, em sua estreia na competição, exibindo uma faixa com os dizeres "Chega de trabalho infantil". Além disso, o clube distribuirá material da campanha aos torcedores que adquirirem ingressos para os jogos disputados no estádio Nasri Mattar, em Teófilo Otoni.



Número do procedimento:
000036.2007.03.008/0

20/02/2018 Multa trabalhista é revertida para projeto da OIT

Belo Horizonte – O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Teófilo Otoni reverteu uma multa de R\$ 717 mil para programa de cumprimento dos direitos do trabalho no país. O projeto guarda-chuva, que abarca subprojetos e ações regionais, prevê a identificação de grupos vulneráveis, mapeamento de políticas locais, além do fortalecimento de programas de qualificação profissional e alternativas dignas de trabalho. Assim, está prevista a atuação conjunta com os órgãos governamentais (IBGE, FUNAI, MEC, MTE) e de assistência social (CRAS, CREAS, CEREST), por exemplo. Nomeado "Promoção e Cumprimento dos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho no Brasil", o projeto que recebeu a reversão de multa é fruto da parceria entre o MPT e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A iniciativa contempla áreas de atuação prioritárias estabelecidas pelo termo de cooperação entre as instituições: o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo e a segurança e saúde no trabalho. (ACP: 0062900-61.2009.5.03.0077 e PAJ: 000078.2009.03.000/0)

PRT 4ª REGIÃO

12/01/2018 Seara pagará R\$ 1,3 milhão por descumprir cota de aprendizagem

Santa Cruz do Sul - A Seara Alimentos Ltda. deve pagar R\$ 1,3 milhão por não preencher a cota reservada a aprendizes. O valor decorre de multa por descumprimento de decisão judicial e será destinado a entidades ou projetos envolvidos com o combate ao trabalho infantil. Caso ocorra novo descumprimento, a multa imposta na decisão judicial será novamente aplicada à empresa. (ACP nº 0020918-90.2013.5.04.0791)

PATRÍCIA DE MELLO SANFELICI
Coordenadora Nacional

RONALDO JOSÉ DE LIRA
Vice-Coodenador Nacional

Email: patricia.sanfelicem@mpt.mp.br

Email: ronaldo.lira@mpt.mp.br



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

25/01/2018 Audiência em Itaqui discutirá Lei da Aprendizagem

Uruguaiana - O Ministério Público do Trabalho (MPT) promoverá na próxima quarta-feira (31) audiência pública, em Itaqui, voltada a empresas com o objetivo de discutir a necessidade de cumprimento da cota reservada por Lei a aprendizes profissionais. O evento acontece a partir das 14h, na sede do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) de Itaqui (R. D. Pedro II, 1026, Centro).

20/02/2018 Loja de vestuário compromete-se a regularizar trabalho artístico infantil. Shopping center Bella Città, lojas e agência de modelos firmaram termos de ajuste de conduta com o MPT

Passo Fundo - Quatro lojas do ramo de vestuário de Passo Fundo firmaram termos de ajuste de conduta (TACs) com o Ministério Público do Trabalho (MPT), comprometendo-se a regularizar o uso de trabalho infantil artístico. Os TACs decorrem de investigação sobre o uso de mão de obra infantil para a composição de “vitrines vivas” em duas dessas lojas: a Puket e a Milon, ambas do shopping Bella Città. Além das lojas, firmaram TAC o shopping center e a agência responsável pela ação promocional, a Costamilan Models. Após a realização de diligências, verificou-se que mais duas lojas fizeram uso de trabalho infantil para divulgação de marcas de forma irregular: Vagalume e a Lilica e Tigor, que também firmaram TAC.

08/03/2018 Porto Alegre recebe primeira capacitação do MPT na Escola

Porto Alegre - O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) realizou na sexta-feira (2/3) a primeira

capacitação do projeto MPT na Escola 2018 voltado aos Municípios da região de Porto Alegre. São 30 os confirmados para a segunda edição do eixo educacional do projeto "Resgate a Infância" do MPT, voltado ao combate ao trabalho infantil.

26/03/2018 Centenas de pessoas correm contra o trabalho infantil.

Primeira corrida de rua em Porto Alegre da campanha #ChegaDeTrabalhoInfantil buscou chamar atenção da sociedade para o tema



Porto Alegre— A chuva que caiu nas últimas horas em Porto Alegre e a previsão de mais água para este domingo (25), não foram suficientes para desmotivar as centenas de pessoas que participaram, nesta manhã dominical, da primeira etapa da corrida de rua da campanha #ChegaDeTrabalhoInfantil. A iniciativa pioneira do Ministério Público do Trabalho (MPT), com apoio do Ministério Público Estadual (MP/RS) e do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS), é promovida em parceria com o Clube de Corredores de Porto Alegre (Corpa).

Mais corridas serão promovidas na capital gaúcha nos dias 14 de abril (2ª etapa) e 6 de maio (3ª etapa). Ambas serão preparação para a 35ª

PATRÍCIA DE MELLO SANFELICI
Coordenadora Nacional

Email: patricia.sanfelicelice@mpt.mp.br

RONALDO JOSÉ DE LIRA
Vice-Coodenador Nacional

Email: ronaldo.lira@mpt.mp.br



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

edição da Maratona Internacional Porto Alegre em 10 de junho, que reunirá atletas de diversas nacionalidades em três percursos e também com participação do MPT, com esta campanha. Para participar e buscar mais informações sobre o circuito de corridas, acesse aqui o site de inscrições:

http://www.esportif.com.br/evento/CIRCUITO_MP

PRT 5ª REGIÃO

19/01/2018 Caravana de jovens articula rede contra trabalho infantil

Estimular a juventude a participar ativamente da sociedade, com debates e ações práticas voltadas a temas relacionados à infância e à juventude. Com esse propósito, três jovens integrantes de um comitê nacional chegaram a Salvador na manhã desta sexta-feira (19) para uma série de encontros. Eles integram a Caravana pelo Direito à Participação de Crianças e Adolescentes. A meta principal é articular grupos de jovens e instituições para a realização, em Salvador, no mês de abril, de um grande encontro da juventude baiana. O alvo das ações é o combate ao trabalho infantil e a promoção da educação, da aprendizagem e do apoio à juventude.

MPT na Bahia participa das reuniões do Comitê de Proteção Integral às Crianças e Adolescentes em Grandes Eventos na Bahia. O objetivo das reuniões é a execução das ações previstas pelo Plantão Integrado durante as festas populares e o carnaval/2018. Trabalho em regime de plantão durante o carnaval para atender aos casos de violações de direitos envolvendo exploração de mão de obra infantil e de adolescentes em situações irregulares. Comparecimento à reunião designada pela

coordenação do Comitê para a apresentação dos resultados dessas ações.

MPT na Bahia participa de reuniões realizadas no MPE – Ministério Público do Estado. Os objetivos das reuniões são a construção de projeto de combate ao trabalho infantil no Mercado Municipal e Comércio em geral de Cajazeiras (bairro mais populoso de Salvador com aproximadamente um milhão e meio de habitantes) e a elaboração de Termo de Cooperação Interinstitucional para a adoção de ações destinadas à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes em Cajazeiras.

Projeto de Capacitação em Gastronomia é discutido em encontro com a comunidade, a OIT, a Fundação José Silveira-FJS e Pontos Diversos. Encontro no dia 15 de março na Associação dos Moradores do Calabar, em Salvador, com representantes da comunidade do referido bairro, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, da FJS - Fundação José Silveira e da Pontos Diversos para alinhamento dos detalhes relativos ao projeto de capacitação em gastronomia, cujo lançamento está previsto para 6 de abril próximo e contará com o apoio da Chef de Cozinha Paola Carosella. Registra-se, ainda, que parte dos recursos financeiros para a implementação desse projeto é originária da atuação do MPT (acordo judicial em ACP e multa decorrente do descumprimento de compromissos assumidos através de TAC). Compareceu também ao evento a procuradora do Trabalho Valdirene Silva de Assis, Coordenadora Nacional da Coordigualdade.



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

PRT 6ª REGIÃO

27/02/2018 Audiência discutirá cursos de aprendizagem no Sistema S. MPT notificou o Senac, Senai, Senat e Senar para apresentarem informações sobre o cronograma e oferta de vagas

Recife - O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Pernambuco faz audiência com representantes do Sistema S. A reunião será conduzida pela procuradora do MPT Jailda Pinto, em 1º de março, às 15h, na sede do MPT. Para a ocasião, a procuradora notificou o Senac, Senai, Senat e Senar a fim de apresentarem informações sobre o cronograma de cursos de aprendizagem, bem como as vagas por unidade/escola.

13/03/2018 Parceiros da campanha “Chega de Trabalho Infantil” recebem certificados. Em Pernambuco, houve aumento nos números de casos de cerca de 12% em 2017, que passaram de 109 mil para 122 mil

Recife - Como forma de agradecimento, o Ministério Público do Trabalho (MPT) em Pernambuco vai certificar as empresas e entidades locais apoiadoras da campanha institucional “Chega de Trabalho Infantil”, promovida pela instituição em 2017. O evento de certificação será realizado na quarta-feira (21), às 10h, na sede do MPT em Recife.

A certificação faz parte das ações da Coordenadoria de Combate à Exploração do Trabalho e do Adolescente (Coordinfância). No estado, a articulação com os parceiros foi feita pela procuradora Jailda Pinto.

PRT 7ª REGIÃO

PATRÍCIA DE MELLO SANFELICI
Coordenadora Nacional

Email: patricia.sanfelicem@mp.br

19/02/2018 Ceará define estratégias de proteção à infância para 2018



Representantes de 86 cidades do Ceará se reuniram na sede do Ministério Público do Trabalho no estado para elaborar ações estratégicas do programa Resgate a Infância - Eixo Educação a serem implementadas ao longo de 2018. Foi também a oportunidade de troca de experiências – sobre as atividades em andamento nos municípios – entre os coordenadores do Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes (Peteca).

20/02/2018 Estudantes nordestinos realizam jornada em defesa da infância

Mais de 140 alunos da rede pública participaram do encerramento da Caravana da Participação, na sede do MPT no Ceará



RONALDO JOSÉ DE LIRA
Vice-Cordenador Nacional

Email: ronaldo.lira@mp.br



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

Coordenador regional do projeto Resgate a Infância, o procurador Antonio de Oliveira Lima destaca que a Caravana da Participação é uma iniciativa dos próprios adolescentes, em parceria com o Ministério Público do Trabalho no Ceará, por meio do Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Peteca). “O primeiro foco do projeto é assegurar e efetivar o direito à participação das crianças e adolescentes na tomada de decisões em políticas públicas, na luta contra o trabalho precoce” detalha. “Além disso, promove pesquisas sobre outras experiências nesse sentido. O MPT articula o movimento e, em razão desses atores participantes como parceiros, o tema trabalho infantil tem sido fortalecido”, acrescenta.

20/03/2018 Criação de comitês abre caminho para participação de adolescentes em políticas públicas



Até o final de julho, nove estados brasileiros terão comitês formados por adolescentes, com participação ativa em ações de prevenção e combate ao trabalho precoce, entre outras violações de direitos de crianças e adolescentes. Tal protagonismo já é realidade no Ceará, Maranhão, Pará e Amapá. A mobilização avança agora em Sergipe, São Paulo, Santa Catarina, Piauí e Bahia, resultado da atuação do Comitê Nacional de Adolescentes e Jovens pela

Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com apoio de procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT), tribunais regionais e representantes de fóruns estaduais.

PRT 8ª REGIÃO

15/01/2018 Livros sobre trabalho infantil são entregues à comunidade quilombola do Curiaú (AP). Leitura da obra “Pescadores de Sonhos”, da escritora Ângela Carvalho, impressa com recursos revertidos pelo MPT, foi feita em contação de histórias na comunidade

Macapá (AP) - O aniversário de Dona Esmeraldina Santos, matriarca da comunidade quilombola do Curiaú, em Macapá (AP), reuniu diversas personalidades no último dia 11 de janeiro. Além de músicos renomados na região, o evento teve as presenças da escritora Ângela Carvalho e da procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT) no Amapá Ana Lúcia Stumpf, que participaram de uma sessão de contação de histórias às crianças da comunidade.

Um dos livros escolhidos foi “Pescadores de Sonhos”, escrito por Ângela e que trata sobre a temática do trabalho infantil. 3 mil unidades da obra foram impressas a partir de reversão feita pelo MPT, com recursos provenientes de processos judiciais contra as empresas Alvo Comercio e Serviços Ltda. e Servi San Ltda., totalizando R\$ 38.640. Todas as crianças presentes na data receberam exemplares da publicação, além de cartilhas do Ministério Público do Trabalho sobre o trabalho precoce.

07/02/2018 Instituições discutem projeto de promoção aos direitos fundamentais no trabalho. A ação de iniciativa do MPT atende a públicos de

PATRÍCIA DE MELLO SANFELICI
Coordenadora Nacional

RONALDO JOSÉ DE LIRA
Vice-Coordenador Nacional

Email: patricia.sanfelicelice@mpt.mp.br

Email: ronaldo.lira@mpt.mp.br



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

todas as idades de áreas de risco com cursos profissionalizantes e atividades de esporte e música

Belém - O Ministério Público do Trabalho (MPT PA-AP) se reuniu com representantes de instituições parceiras e convidadas para tratar sobre os rumos do Projeto “Escrevendo e Reescrevendo Nossa História” em 2018. Representantes da Polícia Militar do Pará (PMPA), do Corpo de Bombeiros (CBMPA) e da Defensoria Pública do Pará (DPPA) estiveram na reunião e se colocaram a disposição do projeto.

Sandoval Silva, procurador do MPT, salientou o objetivo e as características do projeto aos presentes, ressaltando as dificuldades que o egresso do mercado ilícito de trabalho tem para conseguir emprego e enfatizando que o projeto Escrevendo e Reescrevendo representa concorrência direta à ilegalidade ao trabalhar na prevenção, indo até as áreas de maiores índices de criminalidade e oferecendo oportunidades de crescimento social e profissional.

PRT 9ª REGIÃO

19/02/2018 Fórum da Aprendizagem do Paraná se reúne pela primeira vez em 2018



Curitiba - Nesta segunda-feira (19 de fevereiro), o Fórum da Aprendizagem do Paraná realizou seu primeiro encontro de 2018. Na reunião, que aconteceu no auditório do Ministério Público do Trabalho no Paraná, os integrantes do fórum discutiram sobre os resultados das ações realizadas em 2017 e sobre as atividades programadas para 2018.

22/03/2018 PRT9 realiza primeira reunião para o projeto MPT na Escola 2018

Curitiba - Nesta quinta-feira (22), foi realizada a primeira reunião para a preparação do projeto MPT na Escola 2018 no Paraná. No evento, que aconteceu na sede da Procuradoria Regional do Trabalho na 9ª Região, estavam presentes secretários de Educação de 36 municípios do estado, assim como educadores que coordenam o projeto em cada uma das cidades. O encontro teve como objetivo delinear como a nova edição do projeto será realizada ao longo do ano. Foram repassados o regulamento, os requisitos para que os trabalhos possam concorrer aos prêmios e as datas em que serão feitas as capacitações dos professores participantes.

“Uma das novidades é que os alunos vão poder falar sobre ecologia e reciclagem, além de trabalho infantil”, explicou a procuradora regional do Trabalho Margaret Matos de Carvalho. Por enquanto, o novo tema se aplica apenas ao Paraná, como teste.

27/03/2018 Cerca de 100 pessoas participaram, na manhã desta terça-feira (27 de março), de uma audiência pública sobre o cumprimento das cotas de aprendizes na região do município de Pinhão. O evento foi realizado a pedido do Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) na Câmara Municipal de Pinhão. Além da

PATRÍCIA DE MELLO SANFELICI
Coordenadora Nacional

RONALDO JOSÉ DE LIRA
Vice-Coordenador Nacional

Email: patricia.sanfelicelice@mpt.mp.br

Email: ronaldo.lira@mpt.mp.br



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

procuradora regional do Trabalho Mariane Josviak e do prefeito Odir Antonio Gotardo, compareceram também vereadores, conselheiros de direitos, funcionários da prefeitura, gerentes de bancos e de cooperativas, representantes da associação comercial, e alunos do ensino médio e da Fundação Francisca Machado Ribeiro.

PRT 10ª REGIÃO

08/03/2018 GDF e empresas vão pagar R\$ 20 milhões por trabalho infantil no Lixão da Estrutural. Decisão judicial responsabiliza por gestão ineficiente no local



O Governo Distrito Federal (GDF), o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), e as empresas Valor Ambiental e Quebec Construções foram condenados a pagar um total de R\$ 20 milhões em multas por danos morais coletivos, por permitirem trabalho infantil no Lixão da Estrutural, o que resultou, inclusive, na morte de dois menores no local. O GDF pagará R\$ 10 milhões, o SLU R\$ 5 milhões, a Valor Ambiental R\$ 3,5 milhões, e a Quebec Construções R\$ 1 milhão. O valor será destinado às entidades de interesse social que cuidem da qualificação de trabalhadores, especialmente de catadores de

lixo, e às instituições de caridade e abrigos que cuidem de crianças e adolescentes.

(Processo nº 0000117-64.2012.5.10.0002)

PRT 12ª REGIÃO

30/01/2018 Campanha de combate ao trabalho infantil chega às praias de SC
A ação é composta por busdoor, leques e adesivos para automóveis, que serão distribuídos para a população e turistas

Florianópolis – O Fórum Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho em Santa Catarina (FETI), com o Ministério Público do Trabalho (MPT-SC) e demais entidades parceiras do FETI, coloca nas ruas uma campanha de combate ao trabalho infantil na temporada de verão, nas principais praias do litoral catarinense.

A campanha “Rejeite produtos vendidos por crianças e adolescentes e denuncie a exploração sexual e o trabalho infantil” orienta os turistas a não consumir produtos ou serviços oferecidos por crianças e adolescentes nas praias, festas - destaque para o período do carnaval -, pontos turísticos, estacionamentos, lavação de automóveis, bares, restaurantes e outros locais públicos. Também pede que qualquer flagrante seja denunciado pelo disque 100.

23/03/2018 Congresso mostra realidade do trabalho infantil de SC

Chapecó - A exploração do trabalho infantil parece algo bem distante da nossa realidade, mas os números mostram o inverso. Dos 100 municípios com maior índice de trabalho infantil no Brasil, 88 são da região Sul. A situação é grave e precisa ser revertida. Caso contrário, não será

PATRÍCIA DE MELLO SANFELICI
Coordenadora Nacional

Email: patricia.sanfelicelice@mpt.mp.br

RONALDO JOSÉ DE LIRA
Vice-Coodenador Nacional

Email: ronaldo.lira@mpt.mp.br



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

possível cumprir o acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê, em sete anos, a erradicação de qualquer tipo de exploração infantil no país.

O assunto foi amplamente discutido nesta semana, em Chapecó, durante o I Congresso Catarinense de Combate ao Trabalho Infantil, realizado pelo Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC), Ministério do Trabalho e Emprego e demais parceiros do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil (FETI-SC).

PRT13ª REGIÃO

09/02/2018 Daniela Mercury reforça campanha contra trabalho infantil no Carnaval

A divulgação também ocorre nas redes sociais, com o apoio de artistas, blocos, entidades, organizações e público em geral

João Pessoa – A cantora e embaixadora do Unicef Daniela Mercury vestiu a camisa da campanha #Chegadetrabalhoinfantil. Ela é uma das artistas que aderiu à campanha do Ministério Público do Trabalho (MPT) no período do Carnaval "Trabalho Infantil Não é Folia". O objetivo é alertar os foliões, blocos e a sociedade em geral para a situação de crianças e adolescentes que trabalham invisíveis e desprotegidos no cenário de fantasias, alegria e confetes, com seus direitos fundamentais violados.

PRT 14ª REGIÃO

22/02/2018 SENAR assina acordo para ter mais transparência nos processos

PATRÍCIA DE MELLO SANFELICI
Coordenadora Nacional

Email: patricia.sanfelicem@mppt.mp.br

seletivos

Entidade também será obrigada a realizar cursos profissionalizantes para 780 adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social

Porto Velho - O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Rondônia, representado pela procuradora do MPT Dalliana Vilar Lopes, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Administração Regional do Estado de Rondônia - firmaram acordo extrajudicial homologado pela Justiça do Trabalho, para que observe uma série de obrigações em seus processos seletivos. A título de indenização por dano moral coletivo o SENAR se compromete a realizar cursos de formação profissional rural nos 26 municípios do Estado em que instaladas Comarcas do Tribunal de Justiça Estadual.

PRT15ª REGIÃO

Sede realiza cerimônia do Prêmio MPT na Escola

Evento premiará os melhores trabalhos culturais produzidos por alunos de escolas públicas da região de Campinas, com o tema trabalho infantil



A cerimônia de premiação da etapa regional do Prêmio MPT na Escola 2017 está marcada para

RONALDO JOSÉ DE LIRA
Vice-Coodenador Nacional

Email: ronaldo.lira@mppt.mp.br



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

acontecer no dia 23 de fevereiro, às 14 horas, no auditório da sede do PRT-15.

PRT 17ª REGIÃO

12/03/2018 Nova HQ da série “MPT em Quadrinhos” aborda as piores formas de trabalho infantil



A Lista TIP classifica as piores formas de trabalho infantil e é conhecida mundialmente por definir as atividades de maior risco para a saúde e segurança de crianças e adolescentes. Isso inclui, por exemplo, o trabalho escravo e a exploração sexual infantil. A nova revista da série MPT em Quadrinhos explora o tema e aponta dados alarmantes sobre essa triste realidade.

26/03/2018 PRT17 recebe integrante de Comitê nacional contra trabalho infantil

O I Encontro Nacional de Adolescentes pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Enapeti) ocorreu por meio videoconferência e contou com a participação da adolescente Lara Sandenberg representando o ES

A proposta do evento é, sobretudo, debater a parceria entre governo e sociedade civil em relação à temática de trabalho escravo, visando à erradicação do trabalho infantil. Da mesma

forma, eles fizeram do Fórum um espaço democrático de discussão para exemplos concretos das boas práticas e de reflexão sobre a participação do público jovem, principalmente sobre aspectos político-sociais. Além disso, a participação desses adolescentes fomentam vínculos e interesses com os Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.



PRT 19ª REGIÃO

17/01/2018 Campanha contra o Trabalho Infantil ganha nova parceria Arquidiocese de Maceió ajudará a divulgar #ChegadeTrabalhoInfantil nas redes sociais e veículos oficiais de comunicação, como forma de divulgar campanha junto às paróquias

Maceió – A Arquidiocese de Maceió se juntou ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e ao Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Alagoas (Fetipat-AL), em apoio à campanha nacional #ChegadeTrabalhoInfantil. A Arquidiocese iniciará uma campanha em suas redes sociais e veículos oficiais de comunicação pela conscientização contra a exploração de crianças e adolescentes no estado, enquanto o MPT ficará à disposição para as comunidades com palestras sobre o tema.

PATRÍCIA DE MELLO SANFELICI
Coordenadora Nacional

Email: patricia.sanfelicem@mp.br

RONALDO JOSÉ DE LIRA
Vice-Coodenador Nacional

Email: ronaldo.lira@mp.br



Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

PRT 23ª REGIÃO

09/03/2018 Abertas as inscrições para a 2ª Corrida do Trabalho

Evento é promovido pelo MPT e TRT-MT para alertar sobre os perigos da exploração da mão de obra de crianças e adolescentes

Cuiabá -Estão abertas as inscrições para a 2ª edição da Corrida do Trabalho, que ocorrerá no dia 1º de maio. O tema este ano será “Diga não ao Trabalho Infantil”, mensagem que busca alertar sobre os perigos da exploração da mão de obra de crianças e adolescentes. O evento é promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso e do Ministério Público do Trabalho (MPT) e realizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Amatra).

As inscrições podem ser no site TRT-MT <http://www.trt23.jus.br/tnt/corridadotrabalho/index.html>. O custo para as provas de 5 e 10 quilômetros é de R\$ 60; caminhada, R\$ 40; e kids, R\$ 30. O valor dará a um kit a ser entregue dias antes das provas.

PRT 24ª REGIÃO

16/02/2018 Projeto Medida de Aprendizagem é lançado em Ponta Porã Ação pretende qualificar para o mercado de trabalho jovens que cumprem medidas socioeducativas com restrição de liberdade

Campo Grande - Com a expectativa de qualificar para o mercado de trabalho jovens que cumprem medidas socioeducativas com restrição de liberdade, foi lançado na última semana o projeto Medida de Aprendizagem. A Unidade

Educacional de Internação Mitaí, em Ponta Porã, receberá o primeiro curso.

A iniciativa é fruto de parceria do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (MPT-MS) com o governo estadual, por meio da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, com o Ministério do Trabalho, por intermédio da Superintendência Regional do Trabalho, com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, com interveniência da Coordenadoria da Infância e Juventude, além da Procuradoria-Geral de Justiça, da Defensoria-Geral do Estado e do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

“Acreditamos que a aprendizagem profissional, com o formato e conteúdo previstos em lei, traz habilidades para que o adolescente, quando sair da Unei, encontre um novo significado de vida”, ponderou a procuradora do MPT Simone Beatriz Assis de Rezende, idealizadora do projeto.